

**O autoritarismo de Hosni Mubarak:
impactos sobre a modernização do Egito e sobre os direitos das mulheres.**

VALDECILA CRUZ LIMA¹

Na segunda metade do século XX, a República Árabe do Egito foi governada por três ‘personalidades autoritárias’ - expressão de Theodor Adorno, embora não se trate de governos nazi-fascistas - com longos períodos de permanência no poder: Abdel Gamal Nasser, de 1954 a 1970, e o seu grande projeto de nacionalismo e “socialismo” árabe; Muhammad Anwar al Sadat, de 1970 a 1981, e sua política de abertura liberal da economia (a *infitah*), assassinado na presença daquele que seria o seu sucessor, o então vice-presidente Hosni Mubarak.

Hosni Mubarak, um “homem inteiramente ‘militarizado’” (OSMAN, 2010: 171) e de personalidade reservada e austera, governou de 1981 a 2011 - período ainda inserido em um processo global de manutenção de ditaduras modernas e de ditaduras islâmicas - cuja performance política autoritária “obcecada por segurança” (OSMAN, 2010: 171) causou impactos significativos no aprofundamento da precarização sócio-econômica do Egito.

Impecavelmente bem vestidos, para os padrões tradicionais de uma aristocracia ocidental, o casal Hosni Mubarak e Suzanne Mubarak, nos trinta anos de presidência, manteve sua vida privada (gostos particulares e movimentações familiares) reservada, com pouquíssimos momentos de descontração (OSMAN, 2010: 168) em aparições públicas, graças a um rígido controle da mídia e dos meios de comunicação de massa. Embora os egípcios cotidianamente estivessem diante de Hosni Mubarak por meio das milhões de imagens espalhadas por todas as partes do país e dos seus inúmeros pronunciamentos públicos.

Em 25 de janeiro de 2011, deflagraram-se levantes populacionais de grandes proporções no Egito, exigindo o banimento de Hosni Mubarak, como parte de um processo, que está sendo chamado de *primavera árabe*, em que vários países do norte

¹ Mestranda USP - História Social (bolsista FAPESP). E-mail cila.li@usp.br; Esse artigo é resultado de reflexões contidas na dissertação de mestrado, *Mulheres e o islamismo: os casos do Egito e da Turquia*, em elaboração.

da África e Oriente Médio estão se rebelando contra as ditaduras e governos autocratas em seus países e exigindo a implementação de sistemas democráticos permanentes. Como, por exemplo, foram os casos da Tunísia que resultou na queda de Ben Ali, do Iêmen e a exigência da saída de Ali Abdullah Saleh, da Líbia e o confronto sangrento com o ditador Muammar Gaddafi e, mais recentemente, os levantes populares na Síria em prol da renúncia de Bashar al Assad. No Egito, Mubarak renunciou em 11 de fevereiro, depois de 18 dias de intensas manifestações, que contabilizaram aproximadamente 300 mortes e mais de 1400 feridos. A transição está sendo feita por um grupo de oficiais militares, que desmontou o parlamento e suspendeu a constituição, até as eleições de setembro deste mesmo ano². Esses eventos vêm sendo configurados por um longo processo de opressão popular, repressão sóciopolítico e de frustrações econômicas e são compostos por uma complexa gama de objetivos sociais, políticos e econômicos.

Embora a questão religiosa perpassasse profundamente todos esses objetivos nos países em questão, tem-se divulgado muito que os grupos político-religiosos não tiveram nenhuma participação ativa nessas revoltas populares³. Essa visão parece ser consistente, contudo tais movimentos democráticos não poderão dispensar o apoio de alguns desses grupos político-religiosos, como se deu no caso do Egito, em que o apoio da Irmandade Muçulmana tem sido fundamental para a manutenção da legitimidade, já que esse partido islamista é o mais organizado e o de maior inserção e prestígio popular nesse país.

A família Mubarak - assim como em torno de 90% da população do Egito é de religião islâmica, mas o regime de Hosni Mubarak não foi necessariamente um governo islâmico. A religião foi um instrumento de poder e repressão, pois ao apoiar politicamente a reislamização do Egito pôde justificar o seu autoritarismo e opressão popular com argumentos religiosos. As principais políticas do governo de Hosni Mubarak podem ser agrupadas em pelo menos quatro amplas questões: fracassos econômicos; absorção do islamismo nas estruturas parlamentares, na figura da

² Ver, por exemplo, cobertura completa sobre os levantes no Egito em *Foreign Affairs e OpenDemocracy*, <http://www.foreignaffairs.com> e www.opendemocracy.net

³ Ver, por exemplo, MOGHUL, 2011.

Irmandade Muçulmana; desrespeito aos direitos fundamentais de liberdade política e de expressão; e, freio às lutas pelos direitos das mulheres.

Nesse sentido, com o objetivo de desenvolver reflexões sobre os impactos do autoritarismo de Mubarak sobre a modernização do Egito e sobre os direitos das mulheres, o artigo aqui proposto se organiza em três partes: a) panorama histórico da Irmandade Muçulmana; b) apontamentos sobre Hosni Mubarak e sua letargia sociopolítica; e c) considerações sobre a repressão de Mubarak aos direitos das mulheres e a massiva presença delas nos recentes acontecimentos.

A reislamização do Egito

A reislamização ou reavivar islâmico corresponde a um processo de mudanças socioculturais e políticas que vem ocorrendo no mundo muçulmano e/ou grupos muçulmanos de outros países (especialmente europeus) envolvendo a observância aos princípios e às condutas religiosas do Islã. Trata-se de um processo impulsionado principalmente por fundamentalistas, cuja participação na política interna e o seu crescente controle sobre a sociedade civil de países muçulmanos vêm ocasionando um “alargamento da base social do islamismo” (DEMANT, 2004: 247).

Uma primeira versão do islamismo contemporâneo surge em 1928, no Egito, quando Hassan al-Banna (1906-48), jovem que estudou na Universidade de *al-Azhar* (a mais renomada escola islâmica do país) funda, junto com seis trabalhadores dos campos britânicos, a Irmandade Muçulmana (*Jamiat al-Ikhwān al-Muslimun*), em reação às precárias condições de vida da população egípcia. Em alguns dos seus depoimentos, eles se diziam inconformados com o contraste entre “as vilas luxuosas dos estrangeiros e as casas miseráveis dos egípcios” e “cansados da vida de humilhação e restrições (...) nas quais os árabes e os muçulmanos não têm status (...) e não têm dignidade” (apud Ahmed 1992: 192 – traduções nossas).

Mediante um intenso trabalho missionário, as ideias de al-Banna tiveram muita força política as quais giravam em torno dos seguintes princípios: a) unicidade do mundo religioso: leis, Estado e religião; b) visão antibritânica, antiocidental e de

combate ao Rei Faruk I (o último do Egito) e ao emergente nacionalismo secular; e, c) defesa do *califado*⁴ como o símbolo de unidade islâmica e de Estado islâmico.

A Irmandade Muçulmana inicialmente de educação religiosa foi politizando suas ações, colocando-se em contraposição ao que, ainda hoje, representa para os islamistas a desintegração dos valores morais e a imposição da *apostasia e obscenidade* advindas da ocidentalização (RAMADAN, 1993: 154). Nos anos 30, ela já aparecia publicamente, inclusive na mídia, como voz alternativa, “sendo a primeira associação islâmica a aparecer no Egito moderno com o propósito de tomar o poder” (RAMADAN, 1993: 155 - tradução nossa). A sua expansão no Egito e no mundo árabe formou várias organizações-braço e inspirou muitas outras organizações islamistas independentes, comportando, entre seus simpatizantes, políticos, intelectuais, jornalistas, camponeses e universitários, dentre eles as mulheres.

Em cada país muçulmano, a reislamização seguiu seu caminho particular, mas o ativismo de militantes fundamentalistas no Egito tem sido um dos maiores exportadores ideológicos desse processo, como mostram alguns autores, por exemplo, Gilles Kepel (1984: 9), para quem a influência dos autores egípcios predomina no mundo sunita⁵, principalmente a de Hassan al-Banna (já mencionado) e a de Sayyid Qutb⁶.

Sayyid Qutb (1906-1966) tornou-se ideólogo da Irmandade Muçulmana depois de ter produzido o seu principal e mais divulgado livro - *Marcos Miliários (Ma'alim fi al-tario)*⁷ (DEMANT, 2004: 213), escrito durante sua primeira prisão, nos anos de 1952 a 1964. Nesse período, a Irmandade Muçulmana era a maior oposição à Abdel Gamal Nasser. As relações entre esse governo e a Irmandade foram de violentos conflitos. A Irmandade fazia um amplo e forte combate à sua política nacionalista e

⁴ Califado é uma forma de governo própria da civilização islâmica, originária no processo de sucessão de Maomé, pós-632, organizando-se em grandes estruturas sociais por meio de conquistas territoriais e de característica hierárquica alicerçada jurídica e socialmente na religião. Os primeiros quatro califas são conhecidos como os "Califas Correctamente Guiados". Os últimos califados permaneceram até o Séc. XIX no Império Otomano e foram oficialmente declarados extintos com a formação da República da Turquia.

⁵ Expressão que se refere ao fato de o mundo muçulmano ser 85% sunita (KEPEL, 1984: 15).

⁶ Muçulmano, crítico, literário e modernista, que se tornou fundamentalista depois de sua experiência como estudante em universidades dos EUA, nos anos 40, quando ficou “chocado” com o estilo de vida ocidental (associando-a a modernidade) dos jovens desse país (ver SIVAN, 1985: 22 e DEMANT, 2004: 205).

⁷ Traduzido do árabe para o inglês como *Milestones* ou *Signposts on the road* (ver, sobre Sayyid Qutb e sua ideologia, DEMANT (2004: 209-213), KEPEL (1984: 36-69) e SIVAN (1985: 21-32)).

socialista, reforçando a oposição de direita e realizando um confronto armado contra o governo. Visando à restauração para “verdadeiras sociedades islâmicas”, Qutb propunha: 1) a formação de uma vanguarda de fiéis (*tali'a*), profundos conhecedores das fontes religiosas que fariam o “*jihad* pelas palavras” (SIVAN, 1985: 89) com o objetivo de livrar as populações da *ignorância*; e 2) um movimento de combate sagrado em direção a Deus, o “*jihad* pela ação” (SIVAN, 1985: 89), pois só as pregações e ensinamentos religiosos não bastariam.

No início dos anos 60, um vilarejo chamado Kardasa tornou-se uma fortaleza para a Irmandade, depois que suas atividades voltaram a ser clandestinas, proporcionando condições para a divulgação de suas ideias, convencimento e cooptação da população local e segurança para os encontros políticos. Em 1965, Nasser descobriu esses encontros e invadiu a vila, com tropas do exército. A população reagiu, mas foram todos derrotados e membros da Irmandade foram presos, inclusive Sayyid Qutb, que foi condenado à forca (KEPEL, 2003: 32).

Nos anos 70, a Irmandade Muçulmana ressurgiu no cenário político, porém agora colaborando com o então presidente Muhammad Anwar al Sadat. A organização tinha agora uma ideologia mais voltada para os cenários eleitorais e para a atuação no parlamento, em um processo histórico e político de apoio ao regime, mantendo sua política de oposição aos grupos esquerdistas e extremistas.

Nos anos 80 e décadas seguintes, Hosni Mubarak mantém uma *linha dura* contra o movimento extremista. Contudo também aprofunda o processo de acomodação, pelo Estado, da Irmandade Muçulmana, por sua *normatização* (AUDA, 1994: 385), ou seja, essa organização passa a agir cada vez mais dentro do parlamento e de acordo com normas e leis vigentes, embora com um preponderante papel de oposição ao governo. Em seus discursos, a Irmandade manteve a reivindicação de que o país passasse a ser regido por leis da *Shari'a* (jurisprudência islâmica) e que girasse no sentido da observância dos preceitos islâmicos.

Durante o governo de Hosni Mubarak, o Estado egípcio flexibilizou ainda mais o seu caráter secular, pois islamizou a arena política interna, por meio da criação de secretarias especiais para assuntos religiosos e da acomodação do islamismo moderado. Com isso, contribuiu para que a sociedade civil abraçasse esse processo de reislamização proposto pelo islamismo com menos questionamentos do que se poderia

imaginar. Várias mesquitas foram construídas e abertas⁸, o ensino religioso se proliferou, escolas islâmicas foram fundadas, muitas delas substituindo o ensino das ciências, filosofia, história e assim por diante, por ensinamentos aprofundados das fontes religiosas.

A despeito de ainda hoje permanecer como partido ilegal, o prestígio da Irmandade Muçulmana e sua inserção nas camadas mais populares renderam-lhe a possibilidade de ser aceita em coligações com partidos políticos legalizados, de esquerda e de direita, para que concorresse às eleições, contabilizando até 2010 o equivalente a um 1/5 das cadeiras. Nenhuma mulher foi eleita por impedimento da Irmandade e por manobras no parlamento.

Presente nos cenários eleitorais desde 1984 e tendo militantes mulheres desde os anos 40, somente em 2000 a Irmandade Muçulmana apresentou uma candidata, Jihan al-Halafawi, que foi derrotada. Em 2002, al-Halafawi foi novamente candidata e vítima de boicotes. Além de ser oferecido ao seu marido, também membro da Irmandade, a cadeira no parlamento, caso ela desistisse da candidatura, o parlamento entregou seus votos, correspondentes das zonas militares, ao partido do governo, causando-lhe, assim, mais uma derrota eleitoral. Em 2005, numa lista de 150 candidatos, a Irmandade lançou uma candidata mulher, Makarem al-Deeri. No entanto, mesmo com 1500 votos a mais que o necessário para ser eleita o parlamento anunciou que seu rival havia ganhado a cadeira. Apoiadores de al-Deeri, em sua maioria mulheres, protestaram nas ruas, sem sucesso. (ABDEL-LATIF, 2008: 12-18).

Mubarak: inércia e repressão.

O Egito é um país muito pobre, as taxas de desenvolvimento social e econômico indicam condições muito precárias da população, seja na saúde, educação e trabalho. Em 2007, por exemplo, 32% da população eram analfabetos (42% das mulheres); 40% da população continuavam abaixo da linha da pobreza e mais de 40% da riqueza total do país é controlada por 5% da população. Além disso, é o país mais populoso do

⁸ Segundo Saba Mahmood (2005: 3) o total de mesquitas no Egito aumentou de 28.000 registrados em 1975 para 50.000 em 1985 e 120.000 em 1995.

mundo árabe e conta com uma população muito jovem, do total em torno de 80 milhões, aproximadamente 45 milhões têm menos de 35 anos de idade (OSMAN, 2010: 5 e 115); nos anos de 2007 a 2009 somente 23%⁹ das mulheres estavam no mercado de trabalho.

Mubarak governou sem transparência, com eleições fraudulentas e muitas denúncias de corrupção. As instituições em seu governo, que não contava com um projeto nacional, tiveram papel meramente administrativo de execução de projetos econômicos quinquenais (inócuos quanto ao crescimento do país) segundo Tarek Osman (2011), para quem sob Mubarak o Egito ficou num estado letárgico.

Nos fins dos anos 90, Mubarak enquadrou o Egito nos projetos neoliberais do FMI, tornando-se um dos mais importantes aliados dos EUA no Oriente Médio. Nos anos 2000, o crescimento inflacionário e o programa de privatizações aceleradas causaram *tensões sociais no interior da classe média* (OSMAN, 2011) polarizadas entre a de idéias mais conservadoras, a classe média mais antiga e a de idéias mais ligadas à neoliberalização.

O controle sobre a sociedade civil foi rígido e intenso, via instrumentos institucionais e violência policial. No âmbito da produção intelectual esse controle ficou maior nos anos 2000 com censuras de livros, artes e músicas. Conforme a egípcia e escritora Sherifa Zuhur (2001), mais de 500 títulos de livros saíram de circulação devido à censura, em especial os que discutem temas islâmicos de forma não convencional, discutem abertamente a sexualidade, criticam as práticas e os papéis tradicionais de gênero e contenham um ponto de vista secular. Alguns exemplos podem ser os trabalhos de Hanan al-Shaykh, Alifa Rifaat, Edward Said, Maxine Rodinson, Hayda Hayda. Outro exemplo é Nawal al-Saadawi, egípcia, médica, escritora e feminista, que resolveu ir morar fora do país devido à grande perseguição judicial e policial a seu pensamento, sendo que cinco de seus livros foram proibidos¹⁰.

A configuração do atual Egito é de precarização crescente, parecido com os grandes centros brasileiros: corrupção escancarada, crimes com alto grau de crueldade, aumento de crimes sexuais, número elevado de moradores de rua (inclusive idosos e crianças), falta de emprego e de desenvolvimento econômico, total descontentamento

⁹ United Nations Statistics Division, Table 5a economic activity, last updated: June 2010. Op. Cit., último acesso, 18/10/2010.

¹⁰ Como declarou o marido dela Sherif Hetata, para o *NotiEmail Brasil* <http://brasil.notiemail.com/noticia.asp?nt=10642266&cty=2>

social e político. Mistura-se a isso a reislamização da sociedade e da política dos últimos trinta anos, que ofereceu ao país uma substituição dos debates públicos sobre problemas sociais para debates públicos sobre valores religiosos.

Na segunda metade dos anos 2000 jovens egípcios e políticos de oposição à Mubarak formaram focos de movimentos que desembocaram nos levantes de 2011. Dentre eles estão:

- Movimento da NAC, Associação Nacional por Mudança, cujo líder Mohamed El Baradei passou a ser o favorito à presidência;
- Kefaya, fundado em 2004, protestando contra a candidatura de Mubarak, uma coalizão que inclui os de esquerda, liberais e islamistas;
- Movimento 6 de abril de 2008 – quando 100.000 jovens demonstraram, pelo facebook, solidariedade à maior greve dos trabalhadores do país;
- Grupo de Khaled Said, que defende o fim da brutalidade policial;
- Movimento 9 de março (que luta por universidades independentes sem a interferência do Estado) (ABAZA, 2011).

Os levantes populares de 2011 parecem ter um caráter político-econômico, a julgar pelos grupos acima envolvidos, suas principais reivindicações são por desenvolvimento social e emprego, liberdade política de expressão. Sem emitir aqui juízo de valor, parece ser possível dizer que ao saírem do âmbito do debate sobre valores religiosos, esses levantes podem vir proporcionar à população reflexões sobre a reislamização do Egito, proposta pela Irmandade Muçulmana e, aproveitada politicamente por Hosni Mubarak.

As mulheres na era Mubarak

Em 1979 (sob o governo de Sadat) foi aplicado o primeiro sistema de cotas no parlamento do Egito, 30 cadeiras eram reservadas às mulheres, porém em 1988 (sob o governo de Mubarak) houve sua *revogação por inconstitucionalidade* (REEM, 2010), desde então a média de participação das mulheres no parlamento egípcio tem sido baixíssima, mantendo-se abaixo ou igual a 2%. Dados estatísticos mostram que em todo

o período de 1995 a 2010 a taxa foi de 2%, exceto em 2003, que foi de 3%¹¹ (num total de 442 cadeiras havia apenas 8 mulheres, e no senado, num total de 264 cadeiras havia 18 mulheres¹²). Desde novembro de 2010 um novo cenário vem sendo configurado, pois foi sancionado o novo sistema de cotas em que foram criadas 64 cadeiras (a mais das 454 existentes) para as mulheres. Sendo esse fato um dos emblemas de que a era Mubarak estava em transformação.

Entre um processo e outro, as mudanças no *status* da mulher no Egito permaneceram amorfas ou acontecendo a “conta gotas” em questões pontuais como divórcio, herança e direito de ir e vir, a despeito das lutas feministas dos anos 90. Lutas essas reprimidas e, em grande medida, cooptadas pelo Estado.

Muitas ONGs de luta feminista foram fundadas, em 1999, por exemplo, contabilizava-se por volta de 14.000 (ZUHUR, 2001). Porém, o governo centralizador de Mubarak impedia os seus funcionamentos ou enfraquecia-as. Um dos instrumentos usados por ele foi a criação das GONGOs (organizações não-governamentais criadas pelo governo) que substituíam as ONGs independentes ou as incorporava (ZUHUR, 2001), forçando-as a defender posicionamentos e metas governamentais, perdendo assim a legitimidade popular.

Alguns exemplos ilustrativos podem ser: a Associação de Solidariedade das Mulheres Árabes – AWSA (*Jam’iyyat Tadamun al-Mar’a al-‘Arabiyya*) fundada em 1985, por Nawal al-Saadawi, com sede no Cairo e braços em outros países árabes e comunidades árabes nos EUA e na Europa. Em 1991 depois dos atos públicos promovidos pela associação contra a primeira guerra do Golfo, ela foi sumariamente fechada pelo governo (BADRAN, 2009: 132) que redirecionou a sua licença para a Organização Islâmica das Mulheres (ZUHUR, 2001).

Em janeiro de 2000, uma outra associação foi criada, a Renascença Intelectual das Mulheres Egípcias (*al-Nahda al-Fikriyya lil-Mar’a al-Misruyya*), seguindo o modelo de Nawal al-Saadawi, porém não conseguiram um registro legal pelo governo. A própria Nawal al-Saadawi, em fevereiro desse mesmo ano, tentou constituir uma organização guarda-chuva englobando várias ONGs de caráter feminista. O governo

¹¹ United Nations Statistics Division – Table 6a. Women in Parliament. Last update: December 2009. Disponível in: <http://unstats.un.org> (último acesso, janeiro de 2010).

¹² Inter-Parliamentary union - Women in Parliaments: world classification. Disponível em www.ipu.org/wmn-e/arc/classif311209.htm (último acesso em janeiro de 2010).

não permitiu tal iniciativa, contudo criou a sua própria organização: nas relações exteriores, as questões de gênero do Egito passaram a ser, majoritariamente, representada pelo novo organismo, o Conselho Nacional para Mulheres, presidida por Suzanne Mubarak (ZUHUR, 2001).

Um outro exemplo pode ser o Centro de Apoio às Eleitoras Mulheres, que patrocinava os registros das eleitoras e dava supervisão judicial aos processos eleitorais, sendo fechada, junto com mais 27 associações de solidariedades às mulheres, sob a alegação que recebiam fundos de países estrangeiros para espionagem, esse fato intimidou muitas outras ONGs que buscavam patrocínios externos (ZUHUR, 2001).

Os direitos conquistados no período Mubarak foram marcados por ausência de instrumentos legais para garanti-los, como nos exemplos: a) a reforma da lei do divórcio¹³, em 2000, em que as mulheres passaram a ter o direito de pedir o divórcio, de invocar o *Khul*, com base na *incompatibilidade*, sendo que para isso elas devem abrir mão de dotes¹⁴ (recebidos ou a receber) e de direitos de pensão alimentícia¹⁵; ou, b) a lei, desse mesmo ano, em que as mães passaram a ter a custódia dos filhos até eles completarem 15 anos¹⁶, causando um sério problema social: as mães divorciadas ficam com os filhos pequenos, mas, sem o dote ou qualquer tipo de subvenção, não conseguem alimentá-los (RASHED, 2011).

Uma importante conquista em direção a uma possível emancipação das mulheres no Egito seria também o artigo 26 das reformas de *status* em 2000, dando o direito para a mulher viajar sem a necessidade do consentimento do marido ou da presença de um guardião (*mahram*), um parente masculino próximo. Devido à pressão em especial da Irmandade Muçulmana no parlamento, Mubarak decidiu excluir esse artigo, mesmo

¹³ A lei islâmica do divórcio reserva o direito ao homem de iniciá-lo, sem nenhuma restrição ou julgamento (exceto pelo limite de três vezes com a mesma esposa, quando esse passa a ser definitivo). Em casos específicos, como por exemplo, quando não há uma consumação sexual do casamento, a mulher tem o direito de pedir o divórcio, mas deverá ter testemunhos e ser julgada por juízes islâmicos (os *ulemás*) (ver MERNISSI, 1987).

¹⁴ Em muitos países muçulmanos, o dote dado às mulheres, pela família do noivo, no momento de contratação do casamento, ainda é uma tradição usual, por exemplo, no Egito, Marrocos, Síria, Líbano e outros.

¹⁵ Ver HUMAN RIGHTS WATCH, 2004: 22 e ZUHUR, 2001.

¹⁶ A hierarquia familiar islâmica é patrilinear, os filhos pertencem à família paterna (ver MERNISSI, 1987).

sendo uma lei que recebeu apoio da universidade de al-Azhar. Zuhur (2001) descreve algumas das muitas charges da época espalhadas pelo Cairo contra essa lei:

Bruxas, frenéticas com suas vassouras, perseguindo os maridos; mulheres correndo para os aeroportos e homens com roupas e véus de mulheres fazendo tarefas domésticas; uma dessas charges caracterizou uma mulher determinada fazendo sua mala. O marido dela protesta: “Você não pode viajar sem a minha permissão! Mas a esposa responde: “Eu não posso? Então eu me divorcio de você!”(tradução nossa)

Muitas outras questões sociais relacionadas às mulheres foram negligenciadas pelo regime de Mubarak, como por exemplo, a mutilação genital feminina (mais conhecida como circuncisão feminina) que ainda é uma prática comum no Egito. Estimativas de 1991 indicaram que 50 a 60% das meninas estavam sendo circuncidadas e que 97% das mulheres casadas tinham feito a clitoridectomia (mutilação parcial ou total do clitóris) (ZUHUR, 2001). Na opinião do feminismo egípcio, o Estado se eximiu de tratar esse assunto como uma questão de saúde pública e de violência contra a mulher, relegando-o a uma questão religiosa.

Essa prática, MGF (mutilação genital feminina), que em alguns países como Somália, Etiópia e Sudão, pode ser ainda mais grave, mutilando também a vulva e os lábios vaginais, é ilustração vivaz do que Bourdieu (2003: 9) conceitua como *habitus* sexuais: *as aparências biológicas e os efeitos, bem reais, que um longo trabalho coletivo de socialização do biológico produz nos corpos e nas mentes*. A MGF tem sido ritualisticamente realizada por uma espécie de parteira local, a *daya*, com a ajuda de duas outras mulheres (avós, mães e/ou tias), em meninas entre 7 e 8 anos (AL-SAADAWI, 2002: 59) e objetiva unicamente o controle da sexualidade e do corpo da mulher para garantir a honra masculina e da família (BADRAN, 2009: 171).

Por pressão internacional, nos fins dos anos 90, o ministério da saúde do Egito proibiu as práticas MGF nos hospitais públicos e clínicas (ZUHUR, 2001), recebendo o apoio de autoridades dos setores do ensino islâmico, como, por exemplo, a al-Azhar, afirmando que a MGF é baseada em *hadith* (dizeres do profeta) de autoridade duvidosa (MAHMOOD, 2005: 85 - notas 12). Curiosamente essa decisão do Ministério da Saúde não foi apoiada pela mais atuante organização do país, a Força-Tarefa contra a MGF (ZUHUR, 2001), pois considerou o fato que muitas mulheres e meninas morrem com

infecções generalizadas pela realização em casa com materiais impróprios, não esterilizados e com aprofundamento dos ferimentos.

Um outro assunto que tem merecido críticas à Mubarak por muçulmanas egípcias, por exemplo, as de Sherifa Zuhur e de Nawal al-Saadawi é a atuação do Estado com relação ao uso compulsório das vestimentas islâmicas. Segundo Zuhur (2001), depois de muitos anos de abandono completo do Estado com relação a esse assunto, em 1993 o regime de Mubarak passou a fazer uma tímida campanha contra o *niqab* e a *burqa* (recebendo o apoio de Al-Azhar, que atualmente proíbe o uso desses dois tipos de véu no interior da universidade¹⁷).

O *hijab* imobiliza?

Hijab é um dos mais de cem termos para se referir as vestimentas islâmicas de cabeça para as mulheres (EL GUINDI, 1999), pois estes variam de acordo com a vertente lingüística, a origem étnica e as perspectivas de usos e funções. Pode-se sintetizar aqui uma diferenciação entre as vestimentas mais comumente usadas no Egito: o *hijab* (para cobrir os cabelos); o *khimar* (cobrindo a cabeça e o dorso); o *niqab* (de cor escura, que cobre o corpo, a face e, às vezes, os olhos); o *xador* (de cor escura, marrom para os sunitas e preta para os xiitas, para cobrir o corpo e a cabeça); e, a *burqa* (que cobre todas as partes do corpo, inclusive os olhos, normalmente com uma tela pequena na face). A *mulher velada* islâmica representa uma multifacetada ideologia, podendo ser uma expressão de identidade religiosa, de identidade cultural, de símbolo de opressão ou mesmo de tendência da moda. Nesse sentido explicações lineares não abrangem sua complexidade.

O ponto de vista, por exemplo, que defende que as egípcias voltaram a usar o *hijab* unicamente como um símbolo da identidade cultural parece não ser muito representativa da realidade, já que em identidade está implícito uma escolha pessoal e muitas vezes não é esse o caso. Desde os anos 70 o islamismo faz campanhas para as “mulheres retornarem ao véu” com um chamado explícito para que essas voltem aos espaços privados e à “devida modéstia”. O conceito de modéstia (*sitr al-‘aura*) no Alcorão significa literalmente cobrir a nudez e para as mulheres é o cobrir a nudez do

¹⁷ Ver, por exemplo, KENYON, 2009.

corpo inteiro com exceção da face, das palmas das mãos e das solas dos pés. No verso 24: 30-1 do Alcorão há instruções para a modéstia das mulheres: baixar o olhar, ser modesta, cobrir o dorso e os peitos, podendo mostrá-lo somente para o pai ou o marido cf. WATSON, 1994: 143. Nos anos 90 Várias escolas islâmicas nesse país passaram a tornar obrigatório o uso do *hijab* para suas estudantes.

Assédio verbal nas ruas do Cairo contra as mulheres que não usam o véu (Al-Ahram, 2010)

Nesses mesmos anos, fica evidente também um intenso assédio sexual e verbal contra as mulheres sem véus, como ilustra a foto, conforme o artigo da egípcia Sherifa Zuhur (2001), no qual consta que até imigrantes (das Filipinas e mesmo da África, por exemplo) não muçulmanas estavam usando o véu para se protegerem.



Esses assédios têm se multiplicado nos últimos anos em todo o mundo árabe cf. EL-NAGGAR, 2009 e pode ser atualmente presenciado até em redes sociais.

Por outro lado, parece que o *hijab* não tem imobilizado as mulheres, paradoxalmente, tem se transformado em um símbolo de luta contra a opressão religiosa, cultural e de gênero. A primavera árabe tem mostrado isso com o grande número de mulheres presentes nas manifestações em quase todos os países envolvidos, como exemplifica a foto a seguir.

Mulheres protestando contra o ditador Muammar Gaddafi em Benghazi; Facebook, Twitter e celulares tem impedido o controle total das informações (Folha on-line 2011)



No Egito, um vídeo blog de Asma Mahfouz, chamando a todos para se concentrarem em Tahir Square, em 25 de janeiro de 2011, para protestar contra Mubarak, foi divulgado em redes sociais, via facebook. Ela apelava pela honra de quatro jovens egípcios que foram presos ao seguirem o exemplo dos protestos na Tunísia e chamava os egípcios para lutar por honra e vida digna. Estimativas indicaram que ao menos 20% das manifestações no Egito, na primeira semana, eram de mulheres (COLE, 2011).



Mulheres participando dos protestos no Cairo; ao fundo, sede do partido do ditador Hosni Mubarak é incendiada, folha mundo.com, 27-01-11

Junto à primavera árabe as egípcias estão em plena corrida eleitoral, após quase trinta anos, buscando

preencher as 64 cadeiras reservadas a elas pela lei de cota, sancionada em novembro de 2010, com validade até 2020. Há por volta de 380 candidatas, sendo que uma delas, Buthaina Kamel concorre à presidência (o que seria impensável na Era Mubarak). Todos os partidos lançaram candidatas, mas pela proporcionalidade o maior número de cadeiras é do Partido Nacional Democrático (partido do governo).

Alguns discursos dessas candidatas, disponíveis no jornal Aljazeera English Online, revelam que há um confronto ideológico em pelo menos três frentes: as conservadoras ou fundamentalistas, defendendo as tradições do Islã; as que vestem o *hijab*, mas não se identificam com as idéias islamistas tradicionais e trazem um discurso modernizador; as que têm discursos meramente eleitorais, não tocando em assuntos controversos; e as mulheres iminentemente feministas, usando *hijab* ou não, como é o caso de Sowad Abdelhamid, uma candidata para o Partido Nasserista e uma figura pública há muito tempo na militância por direitos das mulheres no Egito (HILL, 2011).

Neste artigo os atuais problemas sócio-políticos do Egito são vistos como resultado de sucessivos governos autoritários, do rompimento com a secularização do poder político e da influência política de grupos religiosos conservadores e/ou fundamentalistas, como se caracterizaram os trinta anos do regime de Hosni Mubarak e a acomodação da Irmandade Muçulmana no parlamento.

Referências

ABAZA, Khairi. “Uniting Egypt’s Opposition. Who are the protestors and what do they want?” *Foreign Affairs*, February 9, 2011, www.foreignaffairs.com

ABDEL-LATIF, Omayma. “In the shadow of the Brothers: the women of the Egyptian Muslim Brotherhood”, in: *Carnegie Endowment for International Peace* (paper). Carnegie Middle East Center, paper number 13, October 2008.

AHMED, Leila. *Women and gender in Islam: historical roots of a modern debate*. Yale University press: New haven & London. 1992.

Al-SAADAWI, Nawal. *A face oculta de Eva: as mulheres do mundo árabe*. SP: Global, 2000.

AUDA, Gehad. “The “normalization” of the Islamic Movement in Egypt from the 1970s to the early 1990s”, in: *The fundamentalism project*, vol. 4, *Accounting for fundamentalism: the dynamic character of movements*. University of Chicago, 1994.

BADRAN, Margot. *Feminism in Islam. Secular and religious convergences*. One world: oxford, 2009.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. [trad] Maria Helen Kühner, 3ª ed., RJ: Bertrand Brasil, 2003.

COLE, Shahin & COLE, Juan. “An Arab spring for women”. In: *TomDispatch.com*, 26/04/2011, <http://www.tomdispatch.com/dialogs/print/?id=175384>

DEMANT, Peter. *O mundo muçulmano*. São Paulo: Contexto, 2004.

EL GUINDI, Fadwa. *Veil: modesty, privacy and resistance*. Oxford, UK/NY: Berg, 2000.

EL-NAGGAR, Enly. “What women need”, In: *Al-Ahram Weekly Online*, <http://weekly.ahram.org.eg/2009/978/fel.htm>

HILL, Evan. “Women make leap in Egypt parliament”. In: *Aljazeera Online*, 29/11/2010. <http://english.aljazeera.net/news/middleeast/2010/11/2010111813029420433.html>

KEPEL, Gilles. *Muslim extremism in Egypt. The Prophet and Pharaoh*. Berkeley and Los Angeles: University of California Press. 2003.

- KENYON, Peter. "Sheik of Al Azhar bans face veil", 29/10/2009, <http://www.islamicity.com/articles/Articles.asp?ref=NP0910-3980>
- MAHMOOD, Saba. *Politics of piety. The Islamic revival and the feminist subject*. Princeton and Oxford, 2005.
- MERNISSI, Fatima. *Beyond the veil. Male-female dynamics in Modern Muslim society*. Indiana University Press, 1987.
- MOGHUL, Haroon. "Four reasons why Egypt's revolution is not Islamic". In: *Council on Foreign Relations* <http://www.cfr.org/africa/rd-magazine-four-reasons-why-egypts-revolution-not-islamic/p23988s>.
- OSMAN, Tarek. *Egypt on the brink: from Nasser to Mubarak*. London: Yale University, 2010.
- OSMAN, Tarek. "Egypt: after revolt, transition", 09th February 2011. OpenDemocracy. www.opendemocracy.net
- RASHED, Dena. "New concerns for women?" In: *Al-Ahram Weekly Online*, 2011, <http://weekly.ahram.org.eg/2011/1044/fel.htm>
- RAMADAN, Abdel Azim. "Fundamentalist influence in Egypt: the strategies of the Muslim Brotherhood and the Takfir Groups", in: MARTY & APPLEBY. *The Fundamentalism Project*, vol. 3, *Fundamentalisms and the state: remaking politics, economies, and militance*. University of Chicago Press, 1993.
- REEM, Leila. "Positive discrimination". *Al-Ahram Weekly*, 2010, <http://weekly.ahram.org.eg>
- SIVAN, Emmanuel. *Radical Islam: medieval theology and modern politics*. London: Yale University Press, 1985.
- ZUHUR, Sherifa. "The mixed impact feminist struggles in Egypt during the 1990s", in: *MERIA*, vol. 5, n°. 1, March 2001.
- WATSON, Helen. "Women and the veil: personal responses to global process". In: AHMED, Akbar and DONNAN, Hastings. *Islam, globalization and post modernity*. London and NY: Routledge, 1994.